

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA
DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS**

**DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA,
URBANISMO E ARTES**

**PROCESSOS MUSEOLÓGICOS LOCAIS
PANORAMA MUSEOLÓGICO DA BEIRA INTERIOR SUL**

Aida Maria Dionísio Rechená

**Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de
Mestre em Museologia**

Orientador

Professor Doutor Mário Canova Moutinho

Coorientador

Mestre Fernando João Moreira

ULHT

Lisboa

2003

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Maria José e Edmundo
e aos meus irmãos, Alexandre e Andreia

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial aos meus orientadores, Mestre Fernando João Moreira e Professor Doutor Mário Moutinho, a todos os professores do mestrado de Museologia da ULHT especialmente à Mestre Judite Primo e aos solidários colegas de mestrado, Madalena Cunhal, José Carlos Guerreiro, Libânia Alexandrina, Maria de Fátima Amaro, Marco Morais e Andreia Leite.

RESUMO

O presente estudo radicando nos recentes paradigmas de museologia e de museu, integra-se na problemática geral da nova museologia, mais concretamente nas áreas das museologias sociais e da museologia para o desenvolvimento integrado.

A partir da observação directa, de entrevistas semidirigidas e de documentação escrita, ensaia-se uma caracterização dos processos museológicos de raiz local existentes na Beira Interior Sul (concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão).

Trabalham-se os conceitos teóricos de património, de identidade e de desenvolvimento local, tendo presente a relação dos componentes do ternário matricial da museologia: o sujeito/comunidade, o objecto/bem cultural, um espaço/cenário.

Analisa-se um universo de trinta e cinco processos museológicos locais na perspectiva da sua capacidade para desenvolver processos de apropriação do património, de construção das identidades locais e de contribuição para o desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study is based on the recent museology and museum paradigms, and inserts itself on the general problematic of New Museology, more precisely in the areas studied by social museology and museology for local development.

Based on direct observation, interviews and documentation analysis, we search to characterize local museological processes existing in Beira Interior Sul (including the municipalities of Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão).

We work with the theoretical concepts of patrimony, identity and local development, always keeping in mind the relation between the three components museology matrix: the individual/community, the object/cultural entity and the space/territory.

A universe composed of thirty-five museological processes is analysed, trying to understand their capability and contribution towards developing processes of patrimony appropriation, of identity construction and local development.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. METODOLOGIA E FONTES..... | 9 |
| 3. MUSEUS E MUSEOLOGIA (os novos paradigmas) | |
| 3.1. Dos Museus..... | 15 |
| 3.2. Da Museologia..... | 23 |
| 4. PATRIMÓNIO, IDENTIDADE (S) E DESENVOLVIMENTO (local) definindo conceitos..... | 29 |
| 5. A BEIRA INTERIOR SUL: CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E PATRIMONIAL | |
| 5.1. Caracterização da área geográfica..... | 43 |
| 5.2. Panorama patrimonial..... | 50 |
| 5.3. Levantamento dos processos museológicos locais..... | 53 |
| 5.4. Quadro de caracterização..... | 61 |
| 6. O MODELO DE ANÁLISE | |
| 6.1. Apresentação do modelo de análise..... | 71 |
| 6.2. A dimensão territorial..... | 73 |
| 6.3. A dimensão patrimonial..... | 75 |
| 6.4. A dimensão social..... | 77 |
| 6.5. Os indicadores..... | 79 |
| 7. OS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS | |
| 7.1. A caracterização..... | 88 |
| 7.2. Factores presentes no arranque..... | 97 |
| 7.3. A área patrimonial predominante..... | 103 |
| 7.4. Os objectivos..... | 118 |
| 8. A REALIDADE MUSEOLÓGICA DA BEIRA INTERIOR SUL..... | 128 |
| BIBLIOGRAFIA | |
| Bibliografia consultada..... | 141 |
| Bibliografia citada..... | 150 |
| Índice remissivo temático..... | 154 |

ANEXOS

| | |
|--------------------------|-----|
| MAPAS..... | II |
| QUADROS DE LEITURA..... | V |
| GUIÃO DA ENTREVISTA..... | XIX |
| FICHEIRO..... | XXV |

ÍNDICE DE GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

Gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1: Iniciativa de criação por tutelas..... | 89 |
| Gráfico 2: Processos museológicos de criação institucional..... | 90 |
| Gráfico 3: Processos museológicos de iniciativa colectiva..... | 91 |
| Gráfico 4: Frequência de factores de arranque por modelo de processo museológico...98 | |
| Gráfico 5: Frequência da área patrimonial predominante por modelo de processo museológico..... | 104 |
| Gráfico 6: Frequência das acções museológicas técnicas por modelo de processo museológico..... | 110 |
| Gráfico 7: Acções museológicas técnicas por iniciativa de criação..... | 112 |
| Gráfico 8: Objectivos resultantes das acções museológicas técnicas..... | 119 |
| Gráfico 9: Objectivos resultantes das acções museológicas socializadas..... | 120 |

Mapas

| | |
|---|----|
| Mapa 1: Mapa de Portugal com localização do distrito de Castelo Branco..... | 43 |
| Mapa 2: Mapa do distrito de Castelo Branco com indicação dos concelhos..... | 44 |

Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Caracterização geral do território /população (dados de 2001)..... | 45 |
| Quadro 2: Caracterização demográfica e social do território..... | 46 |
| Quadro 3 :Património classificado..... | 51 |
| Quadro 4: Levantamento no concelho de Castelo Branco..... | 55 |
| Quadro 5: Levantamento no concelho de Idanha-a-Nova..... | 56 |
| Quadro 6: Levantamento no concelho de Penamacor..... | 56 |
| Quadro 7: Levantamento no concelho de Vila Velha de Ródão..... | 57 |
| Quadro 8: Definições de conceitos..... | 72 |
| Quadro 9: Variáveis de caracterização/categorias/indicadores..... | 81 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 10: Arranque do processo museológico: iniciativa de criação..... | 88 |
| Quadro 11: Modelos de processo museológico por quantidade e percentagem..... | 90 |
| Quadro 12: Modo de funcionamento segundo o modelo de processo museológico..... | 92 |
| Quadro 13: Designações das associações..... | 93 |
| Quadro 14: Tipologias de museus..... | 94 |
| Quadro 15: Criação dos processos museológicos por década | 94 |
| Quadro 16: Percentagem de factores de arranque nos museus e associações..... | 99 |
| Quadro 17: Percentagem das áreas patrimoniais preferenciais por modelo de processo museológico..... | 105 |
| Quadro 18: Áreas patrimoniais preferencias por iniciativa de criação..... | 106 |
| Quadro 19: Percentagem das acções museológicas técnicas por modelo de processo museológico..... | 111 |
| Quadro 20: Frequência das acções museológicas socializadas por modelo de processo museológico..... | 115 |
| Quadro 21: Comparação entre frequência de acções museológicas..... | 121 |
| Quadro 22: Actividades museológicas por grupos temáticos e objectivos (frequência de ocorrência em 2002) | 123 |

Abreviaturas de Instituições

ANAFRE: Associação Nacional de Freguesias

APOM- Associação Portuguesa de Museologia

ICOM – International Council of Museums

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

IPM – Instituto Português de Museus

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

RPM – Rede Portuguesa de Museus

1. INTRODUÇÃO

O entendimento da museologia como a ciência que trata dos museus e da sua organização manteve-se até aos anos sessenta do século XX, altura em que este paradigma é questionado e por todo o lado é anunciada e reivindicada a morte dos museus.

Nascida relativamente tarde em relação ao museu, a museologia tem ensaiado nestas últimas quatro décadas, a organização de um *corpus* teórico, uma metodologia e um objecto de estudo que lhe permitam afirmar-se como ciência.

Paralelamente, durante este mesmo período, surgiram experiências de novos modelos museais operando com o conceito alargado de património e centrando o seu objectivo no desenvolvimento da comunidade, que romperam com o modelo tradicional de museu entendido como uma Colecção + um Público + um Edifício.

Começa a falar-se duma Nova Museologia que preconiza o desenvolvimento comunitário utilizando o museu como um meio para o atingir, que trabalha com a noção de património alargada à imaterialidade e ao meio ambiente, que procura a interdisciplinaridade e a participação da população nos processos museológicos, procurando transformar os museus em agentes de democratização da cultura.

Em Portugal essas alterações ocorreram após a Revolução de Abril de 1974, em grande parte decorrentes da especificidade da revolução portuguesa caracterizada por uma forte participação popular e consubstanciaram-se em novas práticas museológicas e na renovação dos museus convencionais. Papéis de relevo assumiram desde logo as associações de defesa do património, as ligas de amigos e as autarquias na salvaguarda e valorização do património cultural.

Com as alterações conceituais da museologia e a definição mais concreta do seu campo de estudo, as acções museológicas deixam de estar centradas no Objecto e passam a focar-se no Ser Humano e nas comunidades humanas.

Assistimos ao desenvolvimento de processos museológicos partindo da prática social e não das colecções, ou seja, à socialização da actividade museológica. Este desvio faz com que muitas instituições museais comecem a actuar em áreas que não lhes estavam atribuídas tradicionalmente, indo para além das acções de conservação, registo e comunicação. Em sentido inverso, vemos determinadas instituições ou grupos

associativos que não estavam relacionados com a museologia, aproximar-se desta, devido ao alargamento do seu campo de actuação.

Radicando nestas ideias, parece-nos evidente que existe uma intersecção, um campo de acção comum aos museus e a algumas instituições associativas de estudo e defesa do património que se encontra por estudar.

Após termos seleccionado os quatro concelhos da Beira Interior Sul¹ para efectuar a nossa pesquisa, pretendemos responder concretamente às seguintes questões:

- Como se iniciam os processos museológicos ao nível local? Quais os factores presentes no arranque do processo?
- Quais as acções museológicas desenvolvidas pelos museus e quais são desenvolvidas pelas associações? Existe uma acção museológica própria dos museus e uma acção própria das associações culturais? Quais as acções museológicas comuns aos museus locais e às associações culturais?
- Qual a finalidade para o desenvolvimento dos processos museológicos locais? Constituem processos de formação da identidade local? Constituem verdadeiros factores do desenvolvimento local?

Considerando que a museologia pode ocorrer fora da instituição museu, iremos trabalhar com a noção abrangente de Processo Museológico entendido como o conjunto de procedimentos e factores que possibilitam que parcelas do património se transformem em herança cultural, na medida em que sobre elas recaem as acções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação. Ou, dito de outra forma, é o conjunto das acções de pesquisa, preservação e comunicação (as funções básicas da museologia), tendo como referencial o facto museal (ou seja, a relação entre o Sujeito/Comunidade, com o Objecto/Bem cultural num Espaço/Cenário), exercidas sobre um determinado universo patrimonial.

Uma acção museológica será aquela que tem como objectivo último a preservação, a pesquisa e a comunicação de um bem patrimonial; uma acção

¹ A designação "Beira Interior Sul" corresponde a uma das NUTs (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) estabelecidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 26 de Março e actualizada pelo decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro. Inclui os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão.

conducente à salvaguarda de algo considerado como portador de um significado, necessário à definição da identidade da humanidade ou de um grupo e destinado a ser transmitido como herança às gerações vindouras; uma acção com a capacidade de transformar um bem em herança cultural e definidor de identidades.

Desmontando esta definição, parece à primeira vista que teríamos de aceitar como acção museológica qualquer tentativa de salvaguarda de um bem ou grupo de bens com significado ainda que para um só indivíduo (entrando nesta categoria os coleccionadores, os caçadores de tesouros e mercadores de arte).

Mas a colecta e a conservação *per se* não constituem uma acção museológica na medida em que os objectos, indicadores da memória, referências patrimoniais, não são trabalhados por forma a possibilitarem uma leitura do passado, nem contribuem para a dinamização e interpretação do presente. Apesar de se constituírem em objectos com significado (semióforos no dizer de Pomian, 1984: 71) não cumprem a sua função que é a de permitir ao ser humano uma leitura do Mundo. Esses objectos têm de ser interpretados; colectar tem de ser sinónimo de classificação, de atribuição de uma grelha de valores culturais:

“Um grupo de objectos não ordenados não constitui uma colecção museológica, mas tão somente um aglomerado de coisas.”(MOUTINHO, 1989: 88).

Por outro lado, a simples classificação e preservação de um bem não atribui-lhe a condição de património cultural. Como diz Mário Chagas (1994: 44):

“A preservação por si só não lhe confere, [ao objecto] ou mesmo não lhe restitui, o carácter de documento. A preservação não se justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação.

É pela comunicação homem/bem cultural preservado que a condição de documento emerge.”

Assim, para aceitarmos a existência duma acção museológica, temos que ir além da simples recolha e conservação de bens e, através de um processo de comunicação,

restituir esses bens à comunidade, ao público, porque só pela comunicação se produz conhecimento a partir do bem cultural preservado.

Na acção museológica convencional, a forma de comunicação mais frequente é a exposição, permanente ou temporária, fixa ou itinerante, utilizando as peças do acervo. Neste tipo de modelo museal, a exposição aparece como corolário de uma luta contínua pela manutenção do acervo, sendo comum a perspectiva estetizante da exposição em detrimento de outras.

Ao fazer a apologia da museologia activa, de intervenção social e de ideias, a conservação do objecto físico deixa de fazer sentido ou pelo menos a preocupação excessiva em relação à sua conservação. Nesta óptica a exposição aparece como um processo ou um meio de comunicar, no sentido de restituir ao público, os bens culturais musealizados, tornados Documento através do processo museológico.

Michel Thévoz a propósito da exposição museológica escreve: “Exposer, c’est, ou ce devrait être, travailler contre l’ignorance, notamment contre la forme la plus réfractaire de l’ignorance: l’idée reçue, le préjugé, le stéréotype culturel.” (1984:167).

Exposições como processo de apreensão da realidade, centradas nos problemas e preocupações do presente e na “viva vivida”² da comunidade à qual pertence, visando criar uma massa crítica capaz de gerar desenvolvimento, eis os objectivos da exposição considerada como um utensílio e não como um fim.

Finalmente, a pesquisa como acção museológica tem por objectivo a construção do conhecimento a partir dos bens culturais musealizados. Contudo, “o conhecimento produzido e comunicado pelos museus tem sido acritico, interpretando a realidade com base nas primeiras e primárias impressões que atingem o sistema receptor do sujeito do conhecimento; o objecto é enfocado como se existisse isolado, dissociado de um conjunto de relações. A mensagem transmitida é denotativa – directamente relacionada ao objecto referido ou às suas qualidades...” (SANTOS, 1996: 106-107).

Torna-se necessário assumir que o conhecimento que se produz nos museus e a forma como é comunicado é apenas uma das leituras possíveis e um produto historicamente condicionado e datado.

² Expressão utilizada pela museóloga Waldisa Rússio na sua definição de cultura: “...me parece claro que, para o Museólogo, o conceito de cultura com que ele opera é o mais simples de todos: cultura é o fazer e o viver quotidiano; cultura é o trabalho do homem em todas as suas manifestações e aspectos, cultura é a relação do homem com o seu meio, com os outros seres, incluindo os outros Homens. Cultura é a projecção em que o homem se realiza; ou melhor a actividade em que ele se realiza. Cultura é percepção, experiência, expressão; cultura é a vida vivida.” In: Waldisa Rússio, (1990: 10).

Frequentemente, as acções museológicas que constituem o Processo Museológico, tendo como referencial o facto museal, constituem o processo prévio de preparação para a formação de um museu:

“Avant le musée, il y a les démarches de sensibilisation à l’identité et au patrimoine, de mobilisation communautaire. Il y a la recherche, l’inventaire, la planification. Autour du musée, gravitent des structures ou des actions satellites ou complémentaires: itinéraires, centres d’interprétation, outils multimédia, éducation patrimoniale”. (VARINE, 1992:10).

Tendo presentes estas considerações, iremos examinar as instituições, as acções ou realizações que incidem a sua acção sobre um universo patrimonial transformando-o em Património Cultural, que entendemos numa visão extremamente alargada do conceito, como o conjunto dos bens (englobando o meio ambiente, o saber e os artefactos) recebido em herança ou por nós seleccionado e transmitido, ao qual é atribuído voluntariamente uma carga valorativa ou significado e cuja identificação ou reconhecimento por um sujeito ou por uma comunidade/colectividade, através de um processo de construção da Memória, transforma em Identidade colectiva. Falamos de Património Global ou Integral que engloba o real na sua totalidade cultural e natural, material e imaterial e nas dimensões temporal, espacial e humana.

A nossa escala de análise territorial será o “local”, ao nível da freguesia entendida como a menor divisão administrativa do território. Consideraremos os museus e as associações de defesa do património, ligas de amigos, casas da cultura e centros culturais que incidam a sua actividade sobre parcelas do património local.

Mário Moutinho (2000: s/p) referindo-se aos museus locais surgidos em Portugal e aos processos museológicos desenvolvidos fora dos museus, afirma: “Estes museus e processos museológicos são em nosso entender a expressão mais profunda da museologia contemporânea em Portugal” e carecem de estudo.

Segundo o mesmo autor, existem linhas de força comuns ao funcionamento destas iniciativas de carácter local, a saber:

“ São museus que consideram as suas colecções como um meio particularmente eficaz para atingir objectivos que se situam no plano do desenvolvimento do meio onde estão inseridos.

...alargam a sua intervenção em particular às áreas da valorização dos recursos locais, do fomento do emprego e do apoio ao ensino.

As colecções reúnem actualmente para lá dos objectos em geral oferecidos pelas populações, ou provenientes de escavações arqueológicas, todo um acervo de memória colectiva, de práticas profissionais, de conhecimentos do meio físico e humano das suas áreas de influência, de capacidade de organização e de mobilização de diversas faixas etárias e sócio-profissionais” (2000: s/p). E acrescenta noutro texto: “ É nossa convicção que o acervo de um novo museu é composto pelos problemas da comunidade que lhe dá vida”. (1989: 46).

Sintetizando, procuraremos processos museológicos entendidos como um meio privilegiado para atingir o desenvolvimento local através da valorização patrimonial, da utilização dos recursos locais e com a participação da população.

Serão excluídas da nossa análise as instituições que, apesar de se auto-denominarem museus ou associações de defesa do património cultural se dedicam exclusivamente às actividades de solidariedade social ou beneméritas. Também serão excluídas as manifestações culturais de carácter comercial, apesar de divulgadoras do património local, aqui incluindo as feiras de artesanato. Finalmente, excluimos o único museu do Instituto Português de Museus (IPM) – o Museu Francisco Tavares Proença Júnior de Castelo Branco - por se tratar de um modelo já estudado e não se revestir do carácter local que aqui se pretende.

Após a Introdução será apresentada, no capítulo 2, a metodologia utilizada e a sequência das etapas do trabalho efectuado. Dedicamos o capítulo 3 às tendências contemporâneas e às reflexões mais recentes sobre as definições de museu e de museologia que permitirão entender o conceito de processo museológico. Veremos neste capítulo como nas últimas três décadas do século XX se consolidou um novo paradigma de museu e de museologia e se assistiu neste mesmo período ao alargamento das funções museais que passam da mera preservação patrimonial para um uso social do património, entendido como factor endógeno do desenvolvimento de uma comunidade.

Vive-se actualmente um período de enorme diversidade museal em que se aceita como museu um leque variado de instituições, organizações e acções que se preocupam com o acto de recolher, estudar, preservar e dar a conhecer uma identidade cultural de uma comunidade humana específica, integradas num plano global de desenvolvimento. Não existe um modelo de museu ou de processo museológico local porque as gentes, as comunidades são todas elas diferentes.

No capítulo 4 faremos algumas considerações sobre os conceitos básicos da nossa análise: o conceito de património, identidade e desenvolvimento local. Lidando os museus e os processos museológicos com a preservação do património, constituem formas de construção das identidades. No desenvolvimento dos processos museológicos locais, pela primeira vez na História, pertence ao cidadão comum, a responsabilidade de construção da sua identidade através da selecção dos bens patrimoniais a salvaguardar e o controlo do processo de apropriação e preservação desse património. Ainda neste capítulo relaciona-se a museologia com o desenvolvimento local partindo do princípio que a preservação já não é o único objectivo do trabalho museológico. O património preservado, que constitui a identidade preservada, aparece como um recurso endógeno capaz de gerar processos de desenvolvimento local, juntamente com o território e a população entendidos como recursos locais. Será analisada muito sinteticamente a relação entre museologia e memória.

O capítulo 5 é dedicado à caracterização sumária da zona geográfica a estudar, ao levantamento dos processos museológicos existentes e a uma breve caracterização do panorama patrimonial da Beira Interior Sul.

No capítulo 6 apresenta-se o modelo de análise criado para o estudo dos processos museológicos e no capítulo 7 desenvolve-se a problemática, a leitura e a análise crítica dos dados, tentando responder às questões enunciadas na introdução.

Concluimos com as considerações finais que constituem o capítulo 8, organizadas numa primeira parte onde se faz uma síntese conclusiva global de todo o trabalho e onde se responde concretamente às questões colocadas na introdução, uma segunda parte dedicada à interpretação teórica das conclusões e uma terceira parte onde se avança com uma proposta de reorganização dos processos museológicos existentes por forma a prosseguirem os seus objectivos de forma eficaz.

2. METODOLOGIA E FONTES

Metodologicamente, após a formulação das questões iniciais, definimos o quadro conceptual que embasa a nossa pesquisa, a partir das premissas determinadas por aquilo que se convencionou chamar Nova Museologia, que constitui a problemática a partir da qual desenvolveremos esta dissertação.

Partindo de dois paradigmas bem caracterizados e aceites, o de Museu e o de Museologia, desenvolveram-se os conceitos básicos com os quais iríamos operar: conceito de Património, Identidade e Desenvolvimento Local. Na posse desses conceitos foi possível elaborar o modelo de análise dos processos museológicos elencados na zona territorial seleccionada, desdobrando-os numa grelha de indicadores observáveis e verificáveis.

Parecia-nos claro que esta dinâmica museológica teria maior projecção nas zonas afastadas dos grandes centros urbanos, terreno onde as políticas de desenvolvimento local com recurso ao património e a busca/recuperação das identidades são mais acentuadas.

Optámos por centrar a atenção em quatro concelhos da Beira Baixa, pertencentes ao distrito de Castelo Branco, caracterizados pela interioridade, desertificação e envelhecimento populacional, baixa produtividade e por uma proximidade relacional com a Espanha. Locais onde a identidade se vê ameaçada pelo rápido abandono dos modos de vida tradicionais provocado pelo envelhecimento e consequente diminuição da população activa e pelo abandono das localidades pelos jovens que adoptam novas formas de vida.

Com esta análise pretendemos encontrar pistas para alimentar o debate teórico mais lato sobre o objecto de estudo da museologia e do campo de trabalho dos museus: existe efectivamente museologia ou uma prática museológica fora das instituições oficialmente reconhecidas? Se existe, como se caracteriza? Como contribuem os processos museológicos para o desenvolvimento local e para a definição ou construção de identidades?

Três caminhos nos pareciam possíveis à partida:

- analisar os processos museológicos do ponto de vista da instituição (no âmbito da museologia geral). Neste caso analisaríamos parâmetros como o modelo de formação/ modo de funcionamento / pessoas envolvidas / tutela / regulamento / objectivos / relação com a comunidade / forma de gestão;
- analisar do ponto de vista da construção dos processos museológicos (no âmbito da museologia específica). A atenção recairia neste caso no recorte patrimonial seleccionado / acervo / exposição / museografia / acções / actividades / objectivos;
- ou efectuar um estudo de caso, escolhendo uma ou duas situações concretas e relevantes na zona geográfica seleccionada.

Com o desenvolvimento do trabalho acabámos por seguir uma via que cruza as duas primeiras possibilidades, analisando os processos museológicos a partir do modelo de formação, das pessoas envolvidas e do modo de funcionamento principalmente nas relações com a tutela, o recorte patrimonial seleccionado por cada instituição, as acções museológicas desenvolvidas e quais os objectivos.

A pesquisa pretendia desenvolver-se no terreno com recurso a inquéritos escritos que resultassem numa base de dados e com entrevistas aos principais participantes, com análise de estatísticas e observação directa do trabalho realizado pelas associações/museus locais. Algumas dificuldades na aceitação de colaboração com um trabalho académico por parte de alguns dos responsáveis com quem contactamos obrigou-nos a mudar de estratégia.

Optámos então por uma abordagem informal e aparentemente baseada num interesse espontâneo, tendo recebido toda a abertura e receptividade possíveis por parte dos responsáveis dos processos museológicos analisados. Toda a recolha se baseou nos dados obtidos em conversa livre (entrevista semidirigida) que aparecem compilados em ANEXO, posteriormente sistematizados e comparados com os dados obtidos a partir da observação directa, donde resultaram sete quadros de leitura sistematizada, também apresentados em ANEXO.

Foram efectuadas visitas aos locais onde se desenvolvem os processos museológicos em duas modalidades: visitas autónomas e visitas com acompanhamento

dos responsáveis. Isto permitiu confrontar as informações veiculadas pelos participantes/responsáveis com as recolhidas a partir da observação directa do trabalho realizado, sendo por vezes óbvias as contradições.

No tocante às fontes escritas, consideramos fundamentais os documentos produzidos pelo MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) e pelo ICOM (International Council of Museums) e os textos das Declarações Internacionais sobre Museologia. A documentação do Programa LEADER II, INTERREG III e do Programa Operacional da Cultura (POC) foram igualmente preciosas, bem como os dados estatísticos do INE (Instituto Nacional de Estatística). Os jornais locais revelaram-se uma fonte riquíssima de informações e na detecção e acompanhamento dos processos museológicos em curso, tendo sido consultados durante o último trimestre de 2000 e os anos de 2001 e 2002 a *Reconquista*, o *Jornal do Fundão*, o *Povo da Beira*, a *Gazeta do Interior*, as *Terras da Beira* e o *Raiano*.

Também as escrituras notariais das associações e os regulamentos internos das instituições foram analisados sempre que existiam, mas não constituíram amostra representativa dada a sua pouca frequência.

Como fontes orais consideramos as entrevistas e as conversas informais com os responsáveis e participantes dos processos museológicos essenciais para o desenvolvimento da nossa pesquisa ao fornecerem o principal material de análise.

Para a realização do levantamento dos Processos Museológicos existentes na Beira Interior Sul, foram efectuados contactos com as Autarquias, com a Associação de Desenvolvimento Local que opera nos quatro concelhos (ADRACES com sede em Vila Velha de Ródão), o Museu Francisco Tavares Proença Júnior e a delegação regional do Instituto Português da Juventude.

3. MUSEUS E MUSEOLOGIA: os novos paradigmas

3.1. Dos Museus

3.2. Da Museologia

“O sujeito e o objecto do museu são sempre o Homem e seu ambiente; o Homem e a sua história, o Homem e suas ideias e esperanças. Com efeito, o Homem e a sua vida são sempre as bases do museu...”

Waldisa Rússio (1990)

3.1. DOS MUSEUS

Museus e ecomuseus, museus de comunidade, de território, de vizinhança, de bairro, economuseus, exomuseus, museus de empresa, casas-museu, museus integrados, museus locais, museus para o desenvolvimento... A museodiversidade³ está na ordem do dia, contrariando as premonições e reivindicações de extinção dos museus.

Ultrapassada a questão da dicotomia entre a museologia tradicional e a nova museologia, estamos a assistir a uma fase de diversidade dos modelos museais e das práticas museológicas, após se ter compreendido que a construção de uma tipologia corresponde a um esforço de organização mental e de compreensão do universo museal e não à vida própria dos museus.

O paradigma de museu que prevalece durante o século XX, nasce com as revoluções sociais do século XVIII e desde então estas instituições assumem a responsabilidade pela preservação dos bens materiais que uma sociedade elege como bens culturais a transmitir para o futuro, ou seja, erguem-se como instituições de memória.⁴

O impulso de reunir objectos/bens materiais é quase tão antigo quanto o ser humano, existindo evidências do interesse pelos objectos que não são coisas desde a pré-história.⁵ Tais objectos não têm valor pela sua utilidade, mas pelo seu significado, quer estético, quer vinculado à religiosidade e à espiritualidade.

As primeiras colecções de objectos significantes são particulares e apenas os privilegiados têm acesso à sua contemplação, sendo a fruição estética o principal motivo da sua formação e o prestígio social o segundo.

A transformação das colecções particulares em instituições públicas no século XVIII é um acto das autoridades públicas ou de uma colectividade constituindo a primeira grande transformação da instituição museal. Com a democratização do acesso

³ A palavra é utilizada por Mário Chagas.

⁴ O Museu do Louvre é criado em 1792 e o British Museum em 1753 e abre ao público em 1759.

⁵ André Leroi-Gourhan descobriu numa gruta em França uma série de objectos de curiosidade, recolhidos pelos seus habitantes de há 40 000/60 000 anos.

do público a estas colecções, dá-se a segunda alteração fundamental: substitui-se a noção de Colecção pela de Património, equiparado ainda ao conjunto dos elementos representativos da cultura material, a preservar e a transmitir em herança às gerações vindouras.

Aquilo que distingue, nesta fase inicial, os museus da colecção, está na sua permanência, não podendo os objectos museológicos ou bens culturais ser alienados, trocados ou vendidos.

Estas características – *existência de uma colecção – permanência – instituição – abertura ao público* – definem o paradigma de museu que, conforme referido, nasce no século XVIII e atravessa os séculos XIX e XX.

A necessidade de criar uma instituição nova provocada pela crise existencial dos museus, com funções na área da museologia mas que ultrapasse a mera preservação da cultura material leva, em 1971, Hugues de Varine e Georges Henri Rivière a introduzir o conceito de ecomuseu, preconizando a ideia de uma instituição ou uma nova classe de museu, que considera o ambiente global do ser humano e associa o público ao conhecimento e à defesa deste ambiente. (VARINE, 1978: 449).

Neste novo museu a colecção é relegada para segundo plano em proveito da noção de património comunitário e colectivo. O objecto de estudo, de trabalho e de divulgação do museu é agora o ser humano, não sob uma perspectiva humanista e homocêntrica mas numa perspectiva global de interacção com o meio.

Georges Henri Rivière, de 1973 a 1980, tenta definir o Ecomuseu, sendo já clássico o texto seguinte:

«Un écomusée est un instrument qu'un pouvoir et une population conçoivent, fabriquent et exploitent ensemble...

Un miroir où cette population se regarde, pour s'y reconnaître, où elle recherche l'explication du territoire auquel elle est attachée...

Une expression de l'homme et de la nature...

Une expression du temps...

Une interprétation de l'espace...

Un laboratoire, dans la mesure où il contribue à l'étude historique et contemporaine de cette population et de son milieu ...

Un conservatoire, dans la mesure où il aide à la préservation et à la mise en valeur du patrimoine naturel et culturel de cette population.

Une école, dans la mesure où il associe cette population à ses actions d'étude et de protection...» (1992: 443-444).

O antigo paradigma de museu caracterizado por uma COLECÇÃO + um PÚBLICO + um EDIFÍCIO é confrontado com um novo paradigma em ascensão definido por um TERRITÓRIO + um PATRIMÓNIO + uma POPULAÇÃO.⁶

Com a Declaração de Santiago do Chile emanada da Mesa Redonda realizada em 1972, convocada pela UNESCO para ser discutido o papel do museu na América Latina, surge um outro conceito que reforça este novo paradigma, o de museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural e entendido como vector de desenvolvimento sociocultural, como impulsionador da mudança e da educação libertadora. O novo entendimento que se faz do museu e da sua acção baseia-se na noção de património entendido numa acepção global.

Das resoluções adoptadas por esta Mesa Redonda destacamos a seguinte:

“Que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades num quadro histórico que lhe permita esclarecer os problemas actuais, isto é ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais”. (PRIMO, 1999 a: 96-97).

Na mesma altura, surgem diversos modelos museais com distintas designações mas objectivos e práticas idênticas, indo ao encontro dos conceitos estabelecidos pela Declaração de Santiago: museus de vizinhança, museus de bairro, museus ao ar livre, museus experimentais, museus integrados, que conduziram à alteração da definição de museu aceite pelo ICOM e expressa nos seus estatutos de 1995:

⁶ Esta esquematização é da autoria de Hugues de Varine que desenvolveu trabalhos inovadores no sentido de reforçar o papel social dos museus e a necessidade da participação comunitária no processo.

“Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite.

b) Além dos museus designados como tal, são admitidos como correspondendo a esta definição:

vii) as instituições ou organizações com fins não lucrativos que exercem actividades de investigação, educativas, de formação, de documentação e outras relacionadas com os museus ou a museologia.” (PRIMO, 1999 a:7).

A diversidade de organizações abrangidas pela alínea vii) da definição de museu do ICOM, permite-nos trabalhar com uma variedade de processos museológicos, diversamente enquadrados institucionalmente e com variados graus de conceptualização.

Como se caracterizam estes novos modelos museais? Segundo Marc-Alain Maure (1984: 85-86) estas novas realizações têm três elementos em comum:

- a importância dada à identidade local;
- a perspectiva ecológica que considera o ser humano como fazendo parte do meio ambiente;
- e a participação da população no desenvolvimento do processo museológico.

A estes elementos e seguindo a mesma linha de pensamento, Pierre Mayrand (s.d.) acrescenta a importância atribuída ao sujeito social, aos métodos de autogestão e as relações democráticas, lançando o museu para o campo da democratização da cultura.

O reconhecimento do papel social e da intervenção social dos museus fundamenta-se na capacidade destas instituições desencadearem processos preservacionistas orientados para a construção da identidade, ao seleccionarem testemunhos da cultura patrimonial como representantes de uma dada realidade situada num tempo e num espaço e do seu potencial como geradores de desenvolvimento. (BRUNO, 1997: 25).

Da análise da acção e objectivos dos museus actuais, Peter van Mensch (1988: 10) reduz a aparente diversidade de instituições museais a dois tipos:

- a instituição baseada na colecção, cuja acção incide na preservação;
- a instituição baseada na comunidade, cuja acção incide na mudança social.

Esta distinção não depende do acervo patrimonial da instituição mas dos objectivos que esta se propõe, cabendo aos novos modelos museais a segunda tendência caracterizada:

- pelo deslocamento do interesse centrado no objecto para o interesse centrado na comunidade;
- pelo alargamento da noção de objecto museológico;
- pela tendência para a conservação *in situ*;
- pelo aparecimento do conceito de museu descentralizado;
- pela tendência à conceptualização;
- pela racionalização da gestão do museu;
- pela musealização de instituições culturais e comerciais.

A existência destes dois tipos de instituições museais (umas baseadas na colecção, outras na comunidade) não pressupõe a presença de duas museologias, uma Nova Museologia por contraponto a uma Velha Museologia, como afirma Judite Primo (1999b: 22):

“Não se pode falar de duas museologias pois o que na verdade ocorre são duas formas diferentes de actuar na “ciência” museológica. Pode-se dizer, que uma dessas formas é aquela que se preocupa basicamente com questões administrativas, documentais e preservacionistas do objecto; a outra forma de actuação está mais voltada para as necessidades e anseios sociais, assim como trabalha com a ideia de património entendido na sua globalidade e, as acções de preservação, conservação e documentação e pesquisa são feitas a partir dessa noção mais global do património”.

A dinâmica museal e museológica actual garante-se sobre a diversidade, entendendo-se o museu como um microcosmo social onde poderão ser percebidas as tensões sociais, as forças e jogos de interesses presentes na comunidade à qual pertence. Desta museodiversidade interessam-nos as variantes de Museu Local conforme foi definido no II Atelier Internacional do MINOM, “Museus locais/Nova museologia”⁷:

“A denominação de museu local, que se apresenta sob diversas formas, corresponde aqui aos museus que privilegiam a dialéctica Homem/meio, e fundamentam o seu funcionamento na participação da população local.” (MOUTINHO, 1989: 69).

Judite Primo, considerando o museu local como um meio que a população pode utilizar para atingir o desenvolvimento, coloca a tónica nas acções museológicas de carácter social:

“... podemos identificar os museus locais como os museus que consideram a sua intervenção patrimonial como o meio indicado para atingir os objectivos que levam ao desenvolvimento dos contextos

⁷ Lisboa, 1985

territoriais em que estão inseridos. Assumem formas e meios bastante diversos, representando assim vários graus de conceptualização. A sua intervenção não se resume ao trabalho com as colecções, assumindo, na sua generalidade, uma interferência, entre outros aspectos, na área da valorização dos recursos locais, valorização patrimonial, valorização dos aspectos culturais, apoio ao ensino, fomento do emprego e formação profissional”. (PRIMO, 2000: s/p).

O acervo destas instituições não é composto apenas pelas colecções, pelos bens culturais materiais, mas por todos os aspectos imateriais da vida da colectividade, os seus problemas, inquietações e ambições.

Os museus locais assumem diversas formas institucionais e organizativas: ecomuseus, museus etnográficos locais, museus municipais, cooperativas, centros culturais, casas da cultura e associações de defesa do património. A sua importância a nível da preservação patrimonial prende-se com o facto de se tratar de processos museológicos onde o cidadão comum controla a forma de apropriação do património e a sua transformação em bens culturais, contribuindo para a definição da identidade da sua comunidade.

Cabe agora aos cidadãos a escolha daquilo que deve ser preservado e do que deve ser esquecido. Como afirma Thierry Verhelst (1997): “Toda a comunidade deve poder escolher livremente o que considera útil e bom e o que é supérfluo ou nefasto. Isto vale igualmente para os elementos culturais herdados do passado.”

Portugal acompanhou as alterações da actividade museal e da evolução da museologia principalmente após o 25 de Abril de 1974.

A especificidade da Revolução de Abril, com a explosão do movimento social popular que se seguiu imediatamente ao golpe de Estado, ao permitir a participação popular na construção de um novo País, naquele que alguns autores consideram como “o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra” e “uma das mais profundas e mais popularmente participadas das revoluções portuguesas” (FERREIRA, 1993: 7-11), possibilitou o desenvolvimento espontâneo de acções culturais inseridas nas novas concepções de museu e de museologia.

O processo revolucionário, ao produzir a alteração das estruturas económicas, sociais e políticas por acção directa dos movimentos de massas populares, entregou nas mãos das populações a responsabilidade sobre o seu património cultural.

Também a nível governamental se sente essa tendência. Logo após a Revolução é criada uma Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC) com o objectivo de atrair e consciencializar as populações para os processos de desenvolvimento local através da animação sociocultural, inscrevendo-se assim directamente nas reflexões internacionais sobre o papel dos museus na sociedade.

As preocupações patrimoniais surgem igualmente expressas no forte movimento associativo que emerge no período 1978 a 1983 com o aparecimento de inúmeras associações locais de defesa do património cultural e natural e da organização de encontros e congressos nacionais onde são discutidas a preservação patrimonial e a sua utilização como factor de desenvolvimento.

Também as ligações às correntes museais e museológicas estrangeiras se fortalecem após 1974. Em 1985 é organizado em Lisboa o II Atelier Internacional do MINOM e em 1994 realiza-se na capital portuguesa a reunião do Comité Internacional para a Formação de Pessoal de Museus (ICTOP).

Tornam-se frequentes os encontros dedicados à Museologia tais como as “Jornadas sobre a Função Social do Museu” que se realizam anualmente desde 1988 e os “Encontros Nacionais de Museologia e Autarquias” iniciados em 1990.

O aparecimento de cursos universitários (pós graduações e mestrados) confirma o interesse que os museus e a museologia têm recebido no nosso país.

Finalmente, a recente criação da Rede Portuguesa de Museus (RPM), iniciativa do Instituto Português de Museus (IPM), reforça a dinâmica da actividade museal nas últimas décadas, mesmo ao nível mais convencional do fazer museológico.

3. 2. DA MUSEOLOGIA

Se a palavra museu (mouseion) nos chega desde a antiguidade clássica, o mais antigo tratado sobre museologia data do século XVIII.⁸

Tradicionalmente a museologia é entendida como a ciência ou a disciplina que trata de tudo o que respeita aos museus, à sua história, à sua missão e organização. A sua ligação ao museu e aos objectos que este alberga era incontestável.⁹

Acompanhando a revolução no seio das ciências sociais e humanas, a museologia inicia uma tentativa de constituição de um *corpus* teórico e de definição de uma prática metodológica para se constituir como ciência.

Sendo um processo evolutivo, não podemos apresentar uma definição acabada de museologia, mas a síntese das principais tendências dos debates em curso. Peter Van Mensch (1994: 3) faz um levantamento destas orientações encontradas na literatura sobre museologia:

- a) *a museologia como o estudo da finalidade e organização dos museus;*

- b) *a museologia como o estudo da implementação e integração de certo conjunto de actividades, visando a preservação e uso da herança cultural e natural:*
 - a. *dentro do contexto da instituição museu;*
 - b. *independente de qualquer instituição;*

- c) *a museologia como o estudo:*
 - a. *dos objectos museológicos;*

⁸ Casper Neickel escreve em 1727 o tratado intitulado *Museographia*.

⁹ Em 1972 o ICOM apresentava nos Estatutos a definição de museologia como sendo o "Estudo da história e trajectória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus."

b. da musealidade como uma qualidade distintiva dos objectos de museu;

d) a museologia como o estudo de uma relação específica entre homem e realidade.

A primeira tendência corresponde à visão mais convencional e tradicionalista da museologia, de tendência positivista, que atribui aos objectos determinadas informações intrínsecas que a museologia deve recolher, sendo a posição oficial do ICOM defendida nos estatutos de 1972.

A segunda restringe a museologia a um conjunto de práticas e procedimentos de carácter funcionalista. Como afirma Mário Chagas (1994: 21-22) esta tendência “(...) parece reduzir a disciplina em apreço às questões de ordem prática, descritiva e operacional, deixando de levar em consideração, por exemplo, aquelas questões que situam-se no campo das mentalidades e das ideologias.” Considera ainda que, onde quer que ocorram estas funções está acontecendo museologia.

A terceira tendência, ao considerar que o objecto de estudo da museologia é o estudo de uma qualidade dos objectos – a musealidade – limita o campo da disciplina aos objectos, confundindo-se com as duas primeiras tendências.

A quarta tendência vem sendo defendida por autores como Stransky, Anna Gregorova, W. Gluzinski, Tomislav Sola, Waldisa Rússio e Mário Chagas.

Em 1980 Stransky afirma que o objecto de estudo da museologia é “uma abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o facto de que ele selecciona alguns objectos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para serem preservados, a despeito do carácter mutável inerente a todo o objecto e da sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma nova maneira, de acordo com as suas próprias necessidades”. (MENSCH, 1994: 11-12).

Anna Gregorova por seu turno definiu a museologia como: “a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na colecção e conservação intencional e sistemática de objectos seleccionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e principalmente objectos tridimensionais, documentando assim o desenvolvimento da natureza e da sociedade, e deles fazendo uso científico, cultural e educacional”. (MENSCH, 1994:12).

Gluzinski afirma a necessidade da museologia se preocupar com a essência do museu que é em seu entender “uma questão de significados que num sistema cultural representem todas as coisas que fazem um museu”, encarando a instituição como um sistema de comportamentos culturais específicos. (MENSCH, 1994:13).

Tomislav Sola (1982: s/p) reconhece que “novas formas de actividades museais estão constantemente surgindo, respondendo na prática a uma nova demanda social e tirando partido de novas possibilidades de acção possíveis pelo avanço da tecnologia da comunicação contemporânea”. Considera que, no conceito de Museologia, só com dificuldade cabem estas novas formas museais e propõe que se altere o nome da disciplina para Patrimoniologia: “...poderíamos alargar a definição de museologia para que ela possa dar conta, com sucesso, de todos os problemas concernentes à protecção e tratamento da totalidade do património cultural (...) Porque não chamar tal conceito abrangente de museologia, isto é, de uma disciplina que já não é mais centrada no museu pelo nome de patrimoniologia.”.

Para a professora Waldisa Rússio (1990: 7) o objecto de estudo da museologia é o facto museal que ela define como “a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objecto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu”.

Seguindo esta definição, Mário Chagas (1994: 24) chega àquilo a que chama “Ternário Matricial da Museologia” que delimita o seu campo de estudo:

- 1) o Homem/sujeito;
- 2) o objecto /bem cultural;
- 3) o espaço /cenário.

“Estas três estacas constituem, em verdade, um ternário matricial, uma unidade básica, uma matriz para o pensamento e a prática museal” situando-se o campo de actuação da museologia no “espaço interrelacional” dos três componentes do ternário matricial.

Das quatro tendências, a última é a que tem revelado maior capacidade de síntese ao englobar a dimensão humana, a dimensão temporal e a dimensão espacial na

museologia e aquela que mais adeptos tem atraído e podemos afirmar que se ergue como um novo paradigma e cujos pressupostos servem de base ao nosso trabalho.

É com a Declaração de Santiago do Chile (1972) que se lançam os alicerces para a criação de uma nova prática museológica: pela primeira vez considera-se o museu como uma instituição ao serviço da sociedade, contribuindo para a formação da consciência das comunidades e para a compreensão esclarecida dos seus problemas endógenos, culturais e ambientais. Propõe-se que a museologia estude a relação que se estabelece entre a Humanidade e o seu Património.

Em 1984, com a Declaração do Québec, definem-se as bases da Nova Museologia e reconhece-se oficialmente como Movimento. Propõe-se que a museologia integre na sua acção as populações, recorrendo às acções museológicas tradicionais (colecta, conservação, investigação, comunicação, difusão), mas transformando-as em instrumentos adaptados a cada meio e projecto específico, visando o desenvolvimento das populações e reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos de futuro. A esta prática museológica foi chamada “Museologia Activa”.

Em 1992 realiza-se na Venezuela o Seminário “A missão dos museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, de onde sai a Declaração de Caracas, onde se reflecte pela primeira vez sobre os problemas da globalização e do alargamento do fosso cultural e tecnológico entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento:

“ O chamado processo de globalização não traz a igualdade dos povos. Pelo contrário, formam-se poderosos blocos económicos que acrescentam diferenças entre ricos e pobres...

...esse mesmo milagre tecnológico é capaz de standardizar o homem e homogeneizar sua cultura mediante a difusão de paradigmas, quando não de desvirtuar a essência dos povos com a propagação de anti-valores.” (PRIMO, 1999 a: 210-211).

Na Declaração de Caracas o museu aparece como um instrumento privilegiado para o fortalecimento da identidade cultural dos povos, para o seu conhecimento mútuo, para a desmistificação da tecnologia permitindo a sua assimilação e para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente.

Estes três documentos apontam para uma vertente completamente nova da museologia: além das tradicionais funções de pesquisa, preservação e comunicação adiciona-se o desenvolvimento.

O denominado Movimento Internacional para uma Nova Museologia é instituído com o nome de MINOM e reconhecido pelo ICOM como organização afiliada em 1984, após a Declaração do Québec.

A Nova Museologia corresponde a uma nova prática do fazer e do pensar museológicos, resultante das transformações sociais ocorridas nos anos 60 e 70 do século XX, que tornaram o modelo museal oitocentista obsoleto.

Célia Santos (s/d: 12) considera como princípios básicos norteadores da acção da Nova Museologia:

- “o reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;
- a utilização da memória colectiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade;
- o incentivo à apropriação e reapropriação do património, para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura;
- o desenvolvimento de acções museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as colecções;
- a socialização da função preservação;
- a interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;

- a acção comunitária dos técnicos e dos grupos comunitários, objectivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social.”

Tal como os museus, também a museologia vive hoje uma diversidade de práticas e de objectivos sem com isso perder de vista a dinâmica da preservação patrimonial, finalidade da sua existência.

Museologia activa, ecomuseologia, museologia (s) social (ais), museologia para o desenvolvimento, museologia popular ou comunitária... todas radicam nas alterações conceituais, metodológicas e programáticas iniciadas, defendidas e propagadas pela Nova Museologia.

As indefinições e também as intersecções de interesses, de práticas e objectivos deixam à decisão de cada um apropriar-se de um termo ou do outro. Mas é claro e inequívoco que quando falamos de museologia social, comunitária, popular ou para o desenvolvimento, estamos a referir-nos a uma museologia virada para o sujeito social e não para o objecto, onde o social é objecto da gestão cultural, visando alcançar o desenvolvimento da comunidade onde está inserido e em que a participação comunitária é imprescindível.

**4. PATRIMÓNIO,
IDENTIDADE (S)
E DESENVOLVIMENTO (local):
definindo conceitos**

Sendo a preservação a intenção que subjaz à dinâmica dos processos museológicos, estes radicam em três conceitos fundamentais: património, memória e identidade (s).

Admitindo como o campo de actuação da museologia as interrelações entre os componentes do ternário matricial (i.e. a relação entre o sujeito/comunidade com o objecto/bem cultural, num espaço/cenário), o património e a memória são as dimensões que conduzem a relação específica entre o indivíduo e a sua realidade patrimonial.

Apesar de se falar cada vez com mais frequência em património, em memória colectiva e identidade cultural, os termos perdem gradualmente o seu valor conceptual e tornam-se expressões vagas cujo significado se esgota, sendo utilizadas indistintamente em incontáveis projectos de carácter sociocultural. Torna-se por isso essencial clarificar aquilo que entendemos por cada uma das expressões que servem de base à nossa pesquisa.

Entendemos PATRIMÓNIO na acepção lata de Hugues de Varine (1974: 12):

“... o património compõe-se de três elementos: o meio ambiente do homem, o conjunto de conhecimentos acumulados pelo homem e o conjunto dos bens culturais, isto é, o que o homem fabricou para responder às necessidades da sua vida e do seu desenvolvimento.”

Neste sentido, o património cultural faz parte do património global da humanidade e é dele que se ocupam os museus e os processos museológicos.¹⁰

Esta concepção do património cultural passível de ser musealizado e sobre o qual podem recair as acções museológicas é relativamente recente e baseia-se nas transformações conceituais da museologia, cujos textos fundamentais são as já referidas Declarações da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), do Québec (1984) e de Caracas (1992).

¹⁰ A professora Cristina Bruno distingue entre Património Integral, Comunitário e Referências Patrimoniais: Património integral é o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos; Património Comunitário é o conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade do grupo; Referência patrimonial é um elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que a sua preservação pode representar o universo referido. In: Cristina Bruno. (1996: 20).

Para que o património cultural tenha significado é necessário que a comunidade ou o sujeito se identifique com ele, que o reconheça e estabeleça com esse património uma relação de afectividade/identidade para que surja a necessidade da sua preservação, transformada num interesse colectivo, que justifica a manutenção dos museus e o desenvolvimento de processos museológicos.

Chamamos Herança à consciência da existência do património assumido como conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço. (BRUNO, 1996: 31).

Com o aparecimento da Nova Museologia cria-se lado a lado com a necessidade da preservação, a consciência do potencial do património como motor do desenvolvimento social e conseqüentemente económico. É a preservação, o conhecimento (entendido como tomada de consciência) e a identificação com determinado recorte patrimonial que conduz à definição das Identidades através de um processo de selecção e crítica dos bens culturais e de construção da Memória patrimonial.

Quando num processo museológico falamos de Memória referimo-nos à categoria da memória colectiva¹¹ e utilizamos a definição de Pierre Nora (1990: 451): “memória colectiva é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma colectividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado”, ou por outras palavras “é aquilo que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado”.

Neste entendimento de memória distingue-se a “verdadeira”, aquela que radica no concreto, na vida diária, nos gestos repetidos, transmitida pelos grupos vivos que a praticam, da memória “transformada” pela sua passagem a História. Na primeira cabe a memória tradicional própria das sociedades-memória, na segunda a “memória de papel” conservada nos arquivos, nos museus, bibliotecas, centros de documentação e bases de dados.

O nosso impulso conservacionista deve-se à perda da memória tradicional que nos conduz à acumulação religiosa de “vestiges, témoignages, documents, images, discours, signes visibles de ce qui fut” (NORA, 1984: XXVII) legitimando a existência dos museus como “lugares de memória” ou lugares de exteriorização e materialização da memória distanciada da prática social.

¹¹ A memória assume diversas categorias como memória individual, colectiva, nacional, local.

A memória é uma construção do presente, em constante processo de organização e estruturação, sujeita à dinâmica social. A memória de um grupo ou colectividade não é por isso estática, ela refaz-se constantemente obedecendo às necessidades do presente. A memória colectiva assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância em momentos de crise, sendo um elemento da identidade colectiva.

A IDENTIDADE é em si uma noção problemática. Designa por um lado aquilo que perdura mas também aquilo que distingue e o que congrega. Não existe como objecto social, ou seja, não tem existência real, mas é indissociável da própria formação social e indispensável para a união do grupo através de um princípio de unificação identitária.

Podemos defini-la como “aquilo pelo qual uma pessoa, um grupo familiar, profissional, cultural se reconhece a si próprio e é reconhecido pelos outros. Para que esse reconhecimento funcione é preciso que um certo número de representações, de imagens e sentimentos legitimem a pertença a uma história, a uma cultura” (CARREIRA, 1996: 324). O património cultural inclui-se neste conjunto de representações.

Os processos de construção das identidades ocorrem em três situações possíveis:¹²

- através da acumulação dos indicadores culturais ou testemunhos da cultura patrimonial, que constituem traços de diferenciação relacionados com a pertença a um determinado grupo;
- através da análise das condições de produção e de utilização dos traços de diferenciação ou marcas emblemáticas através das quais os actores sociais constroem representações colectivas e encenam a sua identidade – rituais, sistemas de signos, representações da cultura. Um museu ou um processo museológico pode ser considerado como uma expressão ritualizada de determinados traços diferenciais fundamentais, como um projecto de reapropriação colectiva do património cultural;

¹² Sobre os processos de construção das identidades ver Denis Chevallier et Alain Morel (1985). *Identité culturelle et appartenance régionale: quelques orientations de recherche. Terrain, n.º 5* : 3-5. Paris : Ministère de la Culture.

- através da territorialidade como definidora da acção de um determinado grupo social. Aqui a identidade define-se pelas oposições do tipo local/global, centro/periferia.

Hugues de Varine apresenta uma definição de identidade que sintetiza estas três abordagens: a identidade “compreende a dimensão do território, a dimensão da comunidade, a dimensão multimoda do ambiente, as quais interagem entre si.” (s/d).

A análise de uma identidade grupal faz-se recorrendo à definição dos elementos de um conjunto de referentes (MUCHIELLI, 1986: 5 e sgs.):

- referentes materiais e físicos do grupo: incluem os elementos relativos à posse (nome, território, objectos, habitação, vestuário), às potencialidades (económica, financeira, física e intelectual), à organização material (do território, do habitat, das comunicações) e às aparências físicas (importância e repartição do agrupamento, traços morfológicos, signos distintivos);
- referentes históricos: respeitantes às origens, aos acontecimentos marcantes, aos traços históricos como as crenças, costumes, hábitos, leis e normas;
- referentes psico-culturais: incluem o sistema cultural que integra as crenças, a religião, os códigos culturais, as ideologias, os valores e as expressões culturais; a mentalidade na qual se incluem as visões do mundo, as normas grupais e hábitos colectivos, e o sistema cognitivo respeitante aos traços psicológicos do grupo, atitudes e sistemas de valores;
- referentes psico-sociais: englobam as referências sociais (nome, sexo, idade, profissão, poder, papel social, actividades e filiações), os atributos de valor social (como a competência, as qualidades e defeitos) e as

potencialidades de mudança (motivação, estratégia, adaptação, estilo de conduta).

Para compreender a identidade de uma comunidade, seleccionam-se os elementos de definição dentro deste conjunto vasto de categorias. A identidade local define-se pela relação com o espaço/território e compreende a maneira de estar no mundo face aos outros e o património cultural, produto da história e da experiência quotidianas.

Considerando a nossa temática, seleccionamos como elementos definidores da identidade colectiva aqueles directamente relacionados com o facto museal, aqueles onde acontece a relação entre o sujeito e os bens culturais, mais concretamente, as acções de selecção, preservação e apropriação social dos testemunhos da cultura patrimonial representantes de uma dada realidade situada num tempo e num espaço. Nesse sentido, vamos restringir-nos à análise da construção da identidade através dos processos de selecção patrimonial.

Quando num processo museológico falamos de construção de identidades, referimo-nos à construção de novas e não da recuperação de identidades tradicionais ou do passado. São estas novas identidades culturais que possibilitam a reconstituição ou o reforço da coesão das comunidades locais actuais. Contudo, as novas identidades baseiam-se quase sempre em elementos referenciadores enraizados no passado.

É importante sublinhar, como Henry-Pierre Jeudy (1992: 111-112) que a identidade tratada como um objecto cultural e passível de musealização, apenas traduz os signos do identitário e nunca é a expressão do vivido, do real:

«Pour que les restes identitaires apparaissent et qu'ils soient susceptibles d'être remis en scène, il faut que le meurtre d'une culture ait eu lieu... la muséalisation des cultures populaires pourra toujours rétablir jusque dans les détails le langage du corps et les échanges, elle ne fera que parfaire un système de représentation symbolique dépourvu à jamais de son origine et de son vécu. »

Tendo em conta estas considerações, um processo museológico é um método de formação da identidade cultural:

- ao permitir perpetuar, pela preservação, determinados indicadores culturais ou referências patrimoniais que entram para a esfera da Memória Colectiva;
- porque são projectos de reapropriação e utilização social do património (como referência de memória, recurso de educação, recurso de conhecimento, recurso de lazer e recurso de desenvolvimento);
- porque permitem a manifestação de expressões ritualizadas de determinados traços diferenciais fundamentais;
- e porque contribuem para que a população tome consciência dos elementos definidores incluindo as potencialidades e problemas do seu território.

A relação entre museologia e DESENVOLVIMENTO aparece mencionada nas resoluções tomadas na Mesa Redonda de Santiago do Chile. O museu assume-se como um instrumento do desenvolvimento local pela utilização do recurso endógeno “Património”, contribuindo para a formação da consciência crítica das comunidades e para o esclarecimento dos seus problemas actuais. Passa a ter como função a recuperação do património cultural de uma comunidade, para o fazer desempenhar um papel social.

Por desenvolvimento local entende-se um método que pretende a evolução do território por meio de um processo de mobilização dos recursos endógenos nas dimensões território, património e população.¹³

A questão do desenvolvimento local é hoje indissociável dos objectivos da museologia. Esta questão teve início nos anos sessenta do século XX, quando se começa a colocar em causa o crescimento e o desenvolvimento concebido em termos económicos e se abandona a concepção de desenvolvimento baseado na centralização.

¹³ Hugues de Varine define desenvolvimento comunitário como “o conjunto de conceitos, actos e esforços, visando favorecer o avanço social, cultural, económico e, em geral, humano de uma certa comunidade, por iniciativa dos seus membros tratados, às vezes, individualmente, às vezes colectivamente.” In: Hugues de Varine. (1987: 29).

As ciências sociais começam a interrogar-se se o desenvolvimento não passa pela escala do micro-território, pelo local, tomando em consideração o tecido de micro-localidades que é necessário revigorar ou recriar, considerando a comunidade local como um grupo territorial de pequena dimensão, tanto espacial como demograficamente, tendo em comum uma vivência, uma memória colectiva, uma estrutura de poder específica e uma cultura partilhada.

Segundo Jaime Vallina (2002: 64-65) existem algumas razões que explicam a opção pelo desenvolvimento descentralizado em detrimento do modelo concentrado. Entre elas estão as alterações ecológicas e ambientais que ameaçam a disponibilidade dos recursos essenciais. Por outro lado, houve uma mudança de mentalidade que produziu uma alteração na escala de prioridades das gerações mais jovens que têm na qualidade de vida o seu principal objectivo em vez do crescimento económico. Ao nível político e administrativo observa-se uma evolução no sentido da descentralização dos serviços. Finalmente, existe uma tendência para a localização das indústrias em função da existência de recursos locais renováveis.

Com a crescente urbanização, industrialização e globalização, a comunidade local torna-se residual e a proximidade espacial não é mais o fundamento de sociabilidade e dos modelos culturais: entra-se em crise de identidade que provoca como reacção uma busca e uma recuperação acelerada dos traços identitários considerados fundamentais.

A dimensão territorial local é definida por uma história natural e uma história social próprias. A interacção de ambas resulta numa identidade e cultura definidoras de uma dada população e território. A identidade cultural aparece assim, em cada território, como um valor endógeno singular e irrepetível dotada da capacidade de gerar desenvolvimento.

Quando falamos de desenvolvimento não nos referimos apenas ao aspecto económico mas ao desenvolvimento integral que engloba a vertente cultural e social, vocacionado para a satisfação das necessidades básicas da população e preocupando-se com todos os aspectos da vida dessa colectividade. Parte-se do princípio que a população e o território devem ser os principais beneficiadores dos seus recursos, predominando a preocupação com a dimensão social do desenvolvimento.

Em Portugal, não podemos dissociar a Integração Europeia das novas concepções de desenvolvimento local (aqui confundindo-se com o rural dadas as

especificidades do nosso país). Desde 1987, com a assinatura do Acto Único Europeu, que a política europeia encara a questão do desenvolvimento local/rural com um carácter mais abrangente, procurando a diminuição das disparidades regionais, concretizada pelo lançamento, em 1991, do programa LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento de Economia Rural).

Aos espaços rurais tradicionalmente entendidos como produtores de alimentos, sucede a concepção do mundo rural não agrícola, construído a partir da ideia de património. Às comunidades rurais compete agora um papel na protecção ambiental e na conservação da natureza, na valorização das memórias e identidades pela preservação de patrimónios culturais e como fornecedoras de actividades de turismo e lazer.

Isto implica desenvolver acções que reforcem e consolidem o tecido económico-social local através de novas formas de participação da população, da reconstrução ou construção de identidades, da diversificação das actividades económicas, da promoção da imagem do mundo rural e pela fixação da população, da introdução de novas tecnologias em articulação com os saberes tradicionais e incremento da competitividade, ou seja, entre outras iniciativas, pelo desenvolvimento de processos museológicos ao nível local.

Todos estes objectivos são enquadrados por uma preocupação com a gestão do espaço e a sustentabilidade dos recursos.

Segundo Jaime Vallina (2002: 71-72) o desenvolvimento local obedece a cinco princípios:

1. a ideia de iniciativa: a sociedade local deve assumir o protagonismo na procura de respostas às questões e problemas que coloca;
2. a ideia de mobilização: o processo de desenvolvimento exige a mobilização dos recursos próprios de forma autónoma;
3. a ideia de recurso endógeno: estes pertencem a dois campos, os recursos tangíveis ou de carácter material e os recursos intangíveis ou de carácter imaterial;

4. a ideia de promoção social ou pessoal e de geração de desenvolvimento, emprego e riqueza: um processo de desenvolvimento local, se por um lado deve respeitar a natureza dos recursos endógenos, por outro deve satisfazer as necessidades da comunidade de forma individual e colectiva;
5. a ideia de compatibilidade e mútua dependência entre conservação do património e desenvolvimento: se o património é um dos recursos endógenos que gera desenvolvimento, este terá de se efectuar de forma sustentável, respeitando o carácter renovável ou não renovável dos bens patrimoniais. Da conservação dos mesmos depende a existência do processo de desenvolvimento local.

Os princípios que conduzem os processos de desenvolvimento local apresentam pontos convergentes com aqueles que regem a museologia social e o funcionamento dos processos museológicos para o desenvolvimento, senão vejamos:

- o recurso aos métodos autogestionários;
- a participação da população no processo;
- a utilização dos recursos endógenos, sendo prioritários a identidade cultural, o património e o meio ambiente local;
- o desenvolvimento do processo visa aumentar os níveis de bem-estar e de desenvolvimento das populações;
- o património como um dos recursos endógenos geradores de desenvolvimento é entendido na sua acepção mais lata, incluindo os bens materiais e imateriais e desempenha um papel social.

Contudo, a utilização do património como recurso endógeno do desenvolvimento teve como consequência o aparecimento duma nova categoria

patrimonial: o real virtual. Quando uma comunidade rural desenvolve um processo museológico através da musealização da vida rural, ou da reabilitação das actividades tradicionais, está a lidar não com a realidade mas com a recriação ou representação de uma realidade passada.

O património, reflexo da identidade, aparece como representação e não como prática e vivência real quotidiana e os processos museológicos são modos de fixação ou recriação simbólica da realidade e não o seu espelho. À ideia da conservação substitui-se a da “capacidade criativa da cultura.”(CAROLINO, 2000: 100).

Para Hugues de Varine (1997: s/p) o desenvolvimento local tem dois recursos que estão sempre presentes: os recursos humanos e o património cultural e natural. Ao museu local cabe a missão de realizar a síntese entre a população (recursos humanos) e o património total que existe no território. Para que tal aconteça é necessário que a população tenha a consciência da existência desse património, dessa herança recebida e a transmitir, cabendo esta função pedagógica ao museu.

Também Fernando João Moreira (2000: 3-4) afirma a estreita relação entre museus ou processos museológicos e o desenvolvimento local. Para este autor, o nascimento de um museu local justifica-se por duas razões:

1. para recolher e conservar as manifestações de um passado considerado importante enquanto referência do presente e guia do futuro;
2. para promover o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento local.

No primeiro caso estamos perante um museu-armazém, um museu com funções de conservatório, enquanto no segundo estamos na presença de um museu entendido como acção, como processo.

O museu local, na segunda óptica, como acção e como processo, é um instrumento de desenvolvimento que pode actuar em dois domínios: um domínio interno que visa directamente a promoção do bem estar, material e imaterial, da população da sua área de influência; um domínio externo que visa indirectamente a promoção desse bem estar.

No primeiro caso as acções do museu local procuram:

- a promoção da identidade local através de estudos e pesquisa, realização de exposições em torno dos elementos identitários locais;
- a promoção da identificação territorial dos habitantes de forma a transformar o espaço vivido em espaço sentido;
- a promoção de laços interpessoais por forma a tornar um grupo de pessoas que partilham um mesmo espaço numa comunidade;
- a promoção da integração dos recém-chegados e de grupos minoritários ou marginalizados;
- a promoção de estudos relacionados com saberes e técnicas tradicionais na óptica da estabilização de procedimentos tendo em vista a sua valorização em termos de economias pessoais ou locais;
- a promoção de acções capazes de induzir sentimentos de autoconfiança, para criar um ambiente de dinamismo individual e colectivo;
- a promoção de acções de formação em domínios considerados pertinentes por parte da população;
- a promoção de outras acções que se liguem directamente com o principal cervo do museu: a população e os problemas na sua área de influência.

Pelo contrário, quando o museu actua valorizando o domínio externo, desenvolve as seguintes acções:

- a promoção da atractividade do local, sendo o museu um pólo de atracção turística;

- a promoção da visibilidade externa do local através da divulgação das características patrimoniais do local;
- a promoção dos produtos locais e conseqüente valorização desses produtos no sentido de viabilizar o sistema produtivo local de base tradicional;
- a promoção dos valores locais tendo em vista a educação de turistas e visitantes na óptica do turismo responsável e conectado com a sustentabilidade e dinâmicas locais;
- a promoção de outras iniciativas que sejam pertinentes para melhorar as condições de vida e alcançar o bem estar das populações locais.

Das opiniões expressas por Fernando João Moreira, depreende-se que os museus locais ou os processos museológicos de raiz local ao optarem por um plano de actuação em detrimento de outro, se bem que visando ambos o desenvolvimento local, resultam em instituições ou acções radicalmente distintas. Aqueles que optam por actuar sobre o plano interno são despoletadores de acção, de processos, cujos actores serão os diversos segmentos da população local. Os que optam por actuar no domínio externo são espaços de contemplação organizados por especialistas deixando a população local como observadora.

Apresentados os conceitos teóricos basilares da nossa pesquisa, Património, Identidade(s) e Desenvolvimento (local), partimos à descoberta no terreno dos processos museológicos locais na Beira Interior Sul.

5. A BEIRA INTERIOR SUL

caracterização territorial e patrimonial

5.1. Caracterização da área geográfica

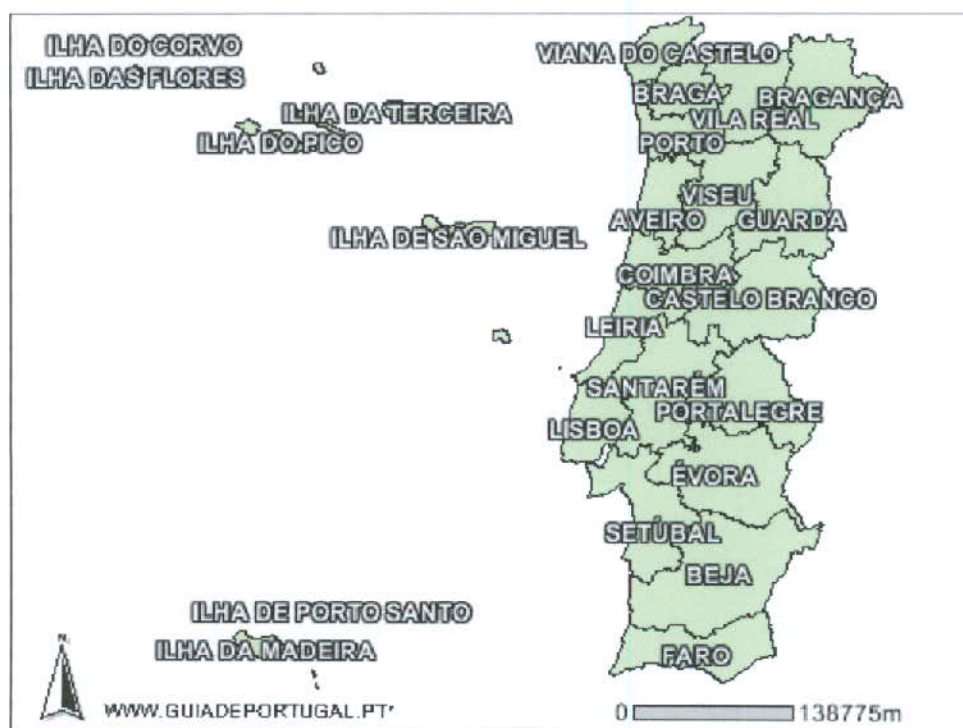
5.2. Panorama patrimonial

5.3. Levantamento dos processos museológicos locais

5.4. Quadro de caracterização

5.1. Caracterização da área geográfica

A Beira Interior Sul abrange quatro concelhos da zona tradicionalmente denominada como Beira Baixa: Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão. A designação de Beira Interior Sul corresponde a uma das NUTs de nível III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) estabelecidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 26 de Março e actualizada pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro. Ao nível III destas unidades territoriais corresponde o agrupamento das zonas de acordo com o seu perfil sócio-económico.



Mapa 1

Mapa de Portugal com localização do distrito de Castelo Branco¹⁴

¹⁴ Mapa retirado do site: www.guiadeportugal.pt

Os quatro concelhos seleccionados (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) ocupam uma área de 3 749,3 Km² e, de acordo com o “Censos 2001”, aqui residem 78 123 habitantes, o que representa um decréscimo populacional de 3,6% em relação aos dados do “Censos de 1991”.¹⁵



Mapa 2
Mapa do distrito de Castelo Branco
com indicação dos concelhos¹⁶

Para a caracterização sócio-económica da Beira Interior Sul recorreremos aos textos produzidos recentemente para o Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), mais precisamente o “Pacto para a Valorização Territorial da Beira Baixa – Património – Natureza – Mundo Rural: Contributo para a definição do plano de acção” e o “Documento Único de Programação do INTERREG III – 2000/2006 – Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha. Dezembro 2001” e aos dados do Instituto Nacional de Estatística.

Ao caracterizarmos duma forma esquemática e bastante genérica esta porção de território relativamente ao todo nacional e em termos estatísticos, conclui-se estarmos

¹⁵ Dados estatísticos do INE obtidos no site www.ine.pt

¹⁶ Mapa retirado do site: www.guiadeportugal.pt

em presença duma zona com uma área geográfica considerável mas com uma população residente muito reduzida, que se traduz em densidades populacionais extremamente baixas comparadas com a média nacional.

A variação da população entre 1991 e 2001 mostra um decréscimo populacional global na Beira Interior Sul contrariando a tendência nacional. Apenas o concelho de Castelo Branco regista um acréscimo de residentes, apesar da percentagem de variação ser bastante inferior à média nacional.

| Unidade territorial | População residente HM | Variação população residente, entre 1991 e 2001 | Área | Densidade populacional Hab/Km ² |
|---------------------|------------------------|---|--------------------------|--|
| Portugal | 10 356 117 | 5% | 92 141,5 Km ² | 112,4 |
| Beira Interior Sul | 78 123 | -3,6% | 3 749,3 Km ² | 20,8 |
| Castelo Branco | 55 708 | 2,6% | 1 429,4 Km ² | 38,7 |
| Idanha-a-Nova | 11 659 | -14,5% | 1 416,3 Km ² | 8,2 |
| Penamacor | 6 658 | -18% | 563,6 Km ² | 11,8 |
| Vila Velha Ródão | 4 098 | -17,4% | 330 Km ² | 12,4 |

Quadro 1

Caracterização geral do território/população (dados de 2001)¹⁷

Em termos demográficos e sociais, a Beira Interior Sul caracteriza-se pela baixa taxa e densidade demográficas contribuindo a emigração para esta sangria populacional. Esta sendo uma constante histórica teve uma influência directa na estrutura etária, contribuindo para o envelhecimento da população: 26,9% dos residentes da Beira Interior Sul tem mais de 65 anos. Como consequência a taxa de natalidade é muito reduzida enquanto a taxa de mortalidade regista um grande crescimento.

O território apresenta taxas de natalidade muito baixas relativamente à média nacional sendo o concelho de Penamacor o local onde se verifica a permilagem mais baixa. Em contrapartida, a taxa de mortalidade é bastante superior à média, atingindo no concelho de Idanha-a-Nova o valor de 32,1 por mil habitantes em oposição a uns meros 9 por mil de média nacional. A elevada taxa de analfabetismo traduz igualmente o

¹⁷ Dados retirados do site www.ine.pt do Instituto Nacional de Estatística, relativos ao ano 2001.

envelhecimento da população e a sua elevada média de idades e não o absentismo escolar actual ou a inexistência duma rede escolar adequada.

A taxa de desemprego e a taxa de actividade variam pouco relativamente às médias nacionais, sendo ambas um pouco mais baixas que no resto do país.

| Unidade territorial | Taxa de natalidade per milagem | Taxa de mortalidade per milagem | Taxa de analfabetismo per milagem | Médicos por 1000 hab. | Taxa de desemprego percentagem | Taxa de actividade percentagem |
|---------------------|--------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Portugal | 11,7 | 10,3 | 9 | 3,2 | 6,8 | 48,2 |
| Beira Interior | 7,7 | 16,1 | 17,4 | 2,2 | 6 | 41,4 |
| Castelo Branco | 8,8 | 13,9 | 12,6 | 2,9 | 5,4 | 45,2 |
| Idanha-a-Nova | 5,1 | 23 | 32,1 | 0,4 | 8,3 | 31,9 |
| Penamacor | 4,7 | 20 | 28,8 | 0,6 | 8 | 29,6 |
| Vila Velha Ródão | 5 | 20,6 | 20 | 0,2 | 6,4 | 36,4 |

Quadro 2

Caracterização demográfica e social do território¹⁸

De acordo com os documentos mencionados e consultados, a Beira Interior Sul é um território fronteiriço rico em património natural e edificado, onde estão bem preservados vestígios históricos representativos das formas tradicionais de ocupação do território, onde o património natural e paisagístico não sofreu agressões por não se terem produzido processos de desenvolvimento urbano e industrial generalizados e rico em edifícios de carácter monumental e património arqueológico.

A estrutura e a dinâmica das actividades económicas estão condicionadas pelos factores demográficos e pelos modos tradicionais de produção: o sector terciário é predominante, mas as actividades agrícolas ainda ocupam 16% da população activa.

As actividades turísticas têm uma importância crescente na dinâmica das economias regionais e a actividade orienta-se para o turismo cultural e natural incidindo sobre os pequenos povoados. O turismo aparece como uma das potencialidades para a

¹⁸ Dados retirados do site www.inec.pt do Instituto Nacional de Estatística. Os dados relativos à taxa de natalidade, taxa de mortalidade e médicos por mil habitantes dizem respeito ao ano 2000, os restantes dados são relativos ao ano 2001.

revitalização dos concelhos do interior que tentam assumir uma nova posição de centralidade geográfica dentro da Península Ibérica: os concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor ficam a meio caminho entre Lisboa e Madrid.

No Documento Único de Programação INTERREG III (2000: 86-87) faz-se uma síntese que caracteriza esta zona geográfica e analisa as suas potencialidades e ameaças:

- o leque de debilidades da zona transfronteiriça é muito vasto e diversificado, revelando um carácter marcadamente estrutural ligado ao isolamento;
- esta zona corresponde nitidamente a um território periférico e marginal, marcado pelo efeito de fronteira mas também pelo afastamento face aos principais centros de decisão e de dinamismo económico e social;
- no âmbito das potencialidades deve salientar-se o reforço da ligação de alguns pontos da zona fronteiriça ao exterior, o valor do património natural, paisagístico, histórico e cultural, a emergência de novas actividades económicas que permitem, de algum modo, suster os efeitos da crise da agricultura e, ainda, o dinamismo associado aos pólos urbanos, ao ensino universitário e à instalação de novos serviços de apoio às actividades económicas;
- as novas procuras turísticas, as condições decorrentes do desenvolvimento das telecomunicações, a revalorização dos saberes e das produções tradicionais, bem como os instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional, destacam-se no conjunto das oportunidades da zona;
- no campo das ameaças, deve salientar-se o risco de descaracterização das paisagens e dos lugares, os efeitos dos grandes eixos de atravessamento da fronteira, a crise do sector agrícola e as expectativas exageradas associadas às actividades alternativas à agricultura;

- na generalidade, as ameaças que se desenham na zona transfronteiriça derivam essencialmente da subalternidade deste território face aos centros de decisão, bem como das vulnerabilidades associadas à sua posição periférica e marginal;
- do ponto vista ambiental considera-se que a qualidade ambiental é satisfatória e que os recursos ambientais constituem uma das principais riquezas que poderão ser utilizadas nos processos de desenvolvimento.

Do nosso contacto próximo com as freguesias analisadas¹⁹ concluímos que todas se caracterizam por:

- uma sangria da população – uma migração não mais para o estrangeiro mas para os grandes núcleos urbanos próximos;
- um aumento do sentimento de perda da identidade pela globalização económica, social e cultural;
- uma alteração rápida dos modos de vida com abandono das actividades tradicionais e consequente destruição ou abandono da tecnologia tradicional;
- uma tentativa de travar o esvaziamento populacional e incentivo à fixação pela criação de equipamentos de lazer e culturais que supram ou diminuam as diferenças entre os modos de vida das aldeias e das cidades e sejam potenciadores da qualidade de vida;
- uma tentativa de salvar os hábitos e os costumes locais que marcam a diferença (identidade);

¹⁹ Ver Mapas dos concelhos com indicação das freguesias em ANEXO, pp. II-III-IV.

- a diferença entendida como aspecto marcante da identidade local, é produto para venda turística. As quatro Câmaras Municipais da Beira Interior Sul estão em processo de criação de uma Associação de Turismo com capitais públicos para divulgar em conjunto as potencialidades turísticas dos concelhos.

5. 2. Panorama patrimonial

Unanimemente considerada uma região rica em património natural e edificado, quisemos quantificar os monumentos existentes e a paisagem classificada²⁰ nos quatro concelhos da Beira Interior Sul, pesquisando nos sites do IPPAR, IPA e ICN.

Relativamente ao património arquitectónico e arqueológico, no concelho de Castelo Branco estão classificados onze (11) imóveis e outros nove (9) têm processo de classificação a decorrer. Do grupo dos onze, dois são Monumentos Nacionais, seis são Imóveis de Interesse Público e três são Imóveis de Interesse Municipal. Em relação às categorias de imóveis classificados, quatro integram-se na arquitectura religiosa, três na arquitectura civil, dois são pelourinhos e os dois restantes são elementos arquitectónicos diversos.

No concelho de Idanha-a-Nova existem dezassete (17) imóveis classificados, sendo dois (2) Monumentos Nacionais e quinze (15) Imóveis de Interesse Público. Quatro incluem-se na categoria de arquitectura religiosa, sete são pelourinhos, dois são conjuntos urbanos (Aldeias Históricas), duas estações arqueológicas e dois imóveis integram-se na arquitectura militar.

Penamacor possui apenas três (3) imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público, sendo dois (2) pelourinhos e uma (1) ponte.

Finalmente, em Vila Velha de Ródão estão classificados quatro (4) imóveis, três (3) como Imóvel de Interesse Público e um (1) como Imóvel de Interesse Municipal. Um enquadra-se na arquitectura religiosa, outro na arquitectura militar, um terceiro é uma estação arqueológica e o último um elemento arquitectónico disperso.

No total temos classificados na Beira Interior Sul, trinta e cinco imóveis (35), sendo os Monumentos Nacionais quatro (4), vinte e sete (27) os Imóveis de Interesse Público e os Imóveis de Interesse Municipal perfazem quatro (4).

²⁰ Entende-se por Classificação o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui inestimável valor cultural, de acordo com o definido na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro ou Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural. DR n.º 209, Série I-A.

| Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado | |
|--|-----------|
| Monumentos Nacionais | 4 |
| Imóveis de Interesse Público | 27 |
| Imóveis de Interesse Municipal | 4 |
| Total | 35 |

Quadro 3
Património classificado

Quanto ao património natural classificado, existem na área geográfica da Beira Interior Sul, dois espaços importantes de interesse nacional:

1. a Reserva Natural da Serra da Malcata em Penamacor;
2. o Parque Natural do Tejo Internacional em Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Castelo Branco.

Além destes podemos considerar a Serra da Gardunha como um espaço natural privilegiado situada no concelho de Castelo Branco.

Finalmente, o património arqueológico referenciado pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) distribui-se por 122 sítios arqueológicos no concelho de Castelo Branco, 262 no concelho de Idanha-a-Nova, 49 no concelho de Penamacor e 127 no concelho de Vila Velha de Ródão.²¹

O levantamento efectuado pelo IPA engloba monumentos megalíticos, villae romanas, necrópoles e sepulturas, antas e mamoadas, povoados, barragens, arte rupestre, inscrições e achados dispersos. Esta diversidade de vestígios arqueológicos é comum aos quatro concelhos, sendo Idanha-a-Nova o mais representativo dessa diversidade seguido pelo de Castelo Branco, enquanto em Vila Velha de Ródão a quantidade de

²¹ In: www.ipa.pt

estações arqueológicas reflecte uma menor variedade tipológica de sítios arqueológicos, sendo maioritariamente estações ao ar livre e de arte rupestre. Em Penamacor concentram-se vestígios dispersos relativos ao período pré-histórico e ao período romano.

Os processos museológicos por nós considerados não se inserem, na sua maioria, na política nacional de salvaguarda do património e constituem tentativas locais de utilização dos bens culturais como promotores do desenvolvimento ou como travão da decadência económica.